

# A variável raça/cor em estudos epidemiológicos brasileiros sobre atividade física (2015-2019): formas de estratificação e principais resultados

The race/color variable in brazilian epidemiological studies of physical activity (2015-2019): forms of stratification and main results

La variable raza/color en estudios epidemiológicos brasileños sobre actividad física (2015-2019): formas de estratificación y principales resultados



**Andrei Gabriel Chiconato**

Universidade Estadual de Londrina, Londrina, Paraná, Brasil  
andreichiconato@uel.br



**André Ulian Dall Evedove**

Universidade Estadual de Londrina, Londrina, Paraná, Brasil  
uliang@uol.com.br



**Mariana Aparecida dos Santos Panta**

Universidade Estadual de Londrina, Londrina, Paraná, Brasil  
mariana.panta@uel.br



**Mathias Roberto Loch**

Universidade Estadual de Londrina, Londrina, Paraná, Brasil  
mathiasuel@hotmail.com

**Resumo:** Objetivou-se verificar como tem sido estratificada a variável raça/cor em estudos brasileiros que tiveram a atividade física (AF) como variável dependente e a associação entre a raça/cor com a atividade física no tempo livre (AFTL). Foram encontrados 20 estudos e nove formas de estratificação, sendo a mais comum: branco, pardo, preto. A catego-

ria “branco” esteve em todos os estudos. Doze trabalhos analisaram a relação da raça/cor com a AFTL e cinco destes observaram alguma associação, variando conforme faixa etária. Conclui-se que a raça/cor tem sido investigada de maneira diversa, que menos da metade dos estudos observaram alguma relação com a AFTL e que nos estudos que observaram associação, a direção foi diferente, dependendo da faixa etária.

**Palavras-chave:** Atividade Motora. Disparidades nos níveis de saúde. Iniquidade Social. Etnia e Saúde.

**Abstract:** The objective was to verify how the race/color variable has been stratified in Brazilian studies that had physical activity (PA) as a dependent variable and the association between race/color with leisure-time physical activity (LTPA). In the 20 studies found, nine forms of stratification were observed, the most used being: white, brown, black. The “white” category was included in all studies. Twelve studies analyzed the relationship of race/color with LTPA and five of these observed some association, varying according to age group. Conclude that race/color was investigated in different ways, that less than half of the studies observed some relationship with LTPA and that in studies that observed an association, the direction of this was different depending on the age group.

**Keywords:** Motor Activity. Health Status Disparities. Social Inequity. Ethnicity and Health.

**Resumen:** El objetivo fue verificar cómo se estratificó la variable raza/color en estudios brasileños con la actividad física (AF) como variable dependiente y la asociación entre raza/color con la actividad física en el tiempo libre (AFTL). Fueron encontrados 20 estudios y observadas nueve formas de estratificación, siendo las más utilizadas: blanco, marrón, negro. La categoría “blanca” estaba en todos los estudios. Doce artículos analizaron la relación de raza/color con AFTL y cinco de ellos observaron alguna asociación, cambiando según la edad. Concluye que la raza/color fue investigado de diferentes formas, que menos de la mitad de los estudios observaron alguna relación con la AFTL y los estudios que

observaron una asociación, la dirección de esta fue diferente según el grupo de edad.

**Palabras-clave:** Actividad Motora. Disparidades en el Estado de Salud. Iniquidad Social. Etnia y Salud.

Submetido em: 2021-08-03

Aceito em: 2021-12-06

## Introdução

Desigualdades e iniquidades em saúde têm sido bastante abordadas na literatura (BARATA, 2012; BARRETO, 2017; SILVA *et al.*, 2018; ALMEIDA-FILHO, 2020a). A raça/cor é uma das variáveis estudadas nesse contexto, sobretudo devido às injustiças sociais que impactam desfavoravelmente grupos étnico-raciais, como a população negra - soma de pretos e pardos, conforme classificação do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE) - e os povos indígenas (ARAÚJO *et al.*, 2009; BASTOS; FAERSTEIN, 2012). A inclusão da raça/cor nos sistemas de informações em saúde tem contribuído para a elucidação de desigualdades e para subsidiar a formulação de políticas públicas (BATISTA; WERNECK; LOPES, 2012; KALAB; PONTES; MONTEIRO, 2020).

A temática racial é complexa, sendo objeto de teorias em diferentes áreas. A produção científica de autores latino-americanos vinculados ao Grupo Modernidade/Colonialidade evidencia como as racionalidades colonialistas permanecem arraigadas às estruturas sociais contemporâneas, permeando as esferas do poder (QUIJANO, 2005), do saber (LANDER, 2005; MIGNOLO, 2006) e do ser (MALDONADO-TORRES, 2007). Aníbal Quijano (2005) formulou o conceito central da teoria decolonial, a “colonialidade do poder”, padrão de dominação intrínseco ao capitalismo moderno, colonial, eurocentrado, que tem como base principal a classificação social da população mundial a partir da ideia de raça. A raça, como uma construção mental da modernidade, hierarquizou grupos humanos, biológica e culturalmente, dividindo-os em superiores (os brancos europeus) e inferiores (todos os povos não-europeus, principalmente africanos, indígenas e seus descendentes) (QUIJANO, 2010).

Para Quijano (2007), a ideia de raça é o instrumento mais eficaz de dominação social, embora evidencie em sua teoria que a colonialidade do poder perpassa as relações de gênero em níveis estruturais (QUIJANO, 2010). A abordagem de gênero é discutida

de forma mais ampla por María Lugones (2008), que utiliza o conceito formulado por Quijano articulando-o à teoria da interseccionalidade das relações de raça, classe, sexualidade e gênero para investigar a relação desses sistemas de dominação sobre as mulheres, principalmente sobre as negras (LUGONES, 2008). A colonialidade se constitui como legado do colonialismo que continua a permear as relações de poder. O racismo, como um fenômeno complexo, intrínseco à estrutura social, impacta a vida da população negra brasileira nas variadas esferas da vida social, como no acesso à saúde (WERNECK, 2016; FAUSTINO, 2017).

O conceito de raça não é consensual, existindo críticas ao emprego do termo. Neste estudo, utilizou-se o conceito de raça ancorado nas Ciências Humanas, mais precisamente na Sociologia, campo onde a raça se configura como importante categoria analítica para interpretar as relações de poder, desigualdades e iniquidades entre grupos sociais (GUIMARAES, 2003; MUNANGA, 2004, 2006; QUIJANO, 2007). A utilização desse conceito baseia-se na compreensão da raça como um construto social. Apesar da inexistência de raças humanas baseadas em aspectos biológicos, a ideia de raça está presente no imaginário social, tendo como consequência o racismo e a discriminação racial que podem ser observados em diversos indicadores sociais.

A discriminação racial está enraizada no país, inclusive devido aos mais de três séculos de escravização, cuja a abolição ocorreu sem qualquer política reparatória aos escravizados e seus descendentes, e ao “ciclo de desvantagens cumulativas” (HANSENBALG; SILVA, 1998) que se relaciona com as condições de trabalho, educação, renda, saúde e habitação (HANSENBALG, 2005; ARAÚJO *et al.*, 2009; MUNIZ, 2016; WERNECK, 2016; FAUSTINO, 2017; SILVA *et al.*, 2018).

Estudos epidemiológicos podem ser importantes para mostrar as desigualdades e iniquidades nos indicadores de saúde. Cabe destacar que os conceitos de desigualdade e iniquidade são distintos. Desigualdade se refere a qualquer diferença mensurável entre grupos populacionais. Já as iniquidades são desigualda-

des consideradas injustas a partir de um juízo de valor (SILVA *et al.*, 2018; ALMEIDA-FILHO, 2020a). A partir, principalmente, dos anos 1970, estudos raciais no Brasil passaram a buscar interfaces com trabalhos sobre desigualdades e políticas públicas (BARRETO, 2017) e a epidemiologia tem buscado articulações com as ciências sociais, sobretudo na investigação de objetos complexos, como a etnoepidemiologia (ALMEIDA-FILHO, 2020b) e a epidemiologia sociocultural (MENÉNDEZ, 2008).

O procedimento metodológico mais utilizado para a classificação com base na raça/cor é a autodeclaração, onde o próprio sujeito define seu pertencimento étnico-racial a partir de cinco categorias predefinidas: branca, preta, parda, amarela e indígena (OSÓRIO, 2003). Para discutir a importância da utilização da variável raça/cor em estudos epidemiológicos brasileiros, uma pesquisa revisou 151 artigos publicados entre 2000-2010. Nos 94 artigos em que a identificação étnico-racial foi aspecto central, fatores socioeconômicos foram considerados importantes na interpretação das desigualdades por cerca de metade dos trabalhos, 65% descreveram o método de classificação étnico-racial, 18% justificaram o emprego das categorias de raça/cor e apenas dois explicaram o conceito de embasamento da variável (KABAD *et al.*, 2012).

Especificamente em relação à atividade física (AF), analisar como tem sido realizada a estratificação da variável raça/cor em estudos epidemiológicos e verificar os resultados destes, pode ser importante para revelar possíveis necessidades de aprimoramento nas formas de estratificação da variável raça/cor e fornecer elementos para que políticas públicas sejam criadas ou fortalecidas para minimizar possíveis iniquidades. Assim, esse trabalho teve dois objetivos: 1) verificar como foi estratificada a variável independente raça/cor em estudos com amostras brasileiras que tinham indicadores de AF como variável dependente, entre 2015 e 2019; e 2) sintetizar os principais achados dos estudos que investigaram a associação da variável raça/cor com indicadores de atividade física no tempo livre (AFTL).

## Metodologia

Trata-se de um estudo de revisão composto por artigos epidemiológicos publicados entre 2015 e 2019. Foram realizados dois tipos de busca: eletrônica e manual. A busca eletrônica foi conduzida por dois autores nas seguintes bases de dados: SciELO, PubMed/Medline e Lilacs. Já a busca manual foi feita em seis revistas que tradicionalmente publicam estudos sobre epidemiologia da AF: Cadernos de Saúde Pública, Ciência e Saúde Coletiva, Epidemiologia e Serviços de Saúde, Revista Brasileira de Atividade Física e Saúde, Revista Brasileira de Epidemiologia e Revista de Saúde Pública.

Para inclusão dos trabalhos, a partir da leitura dos títulos e resumos dos artigos selecionados, foram anexados em uma planilha software *Google Sheets*® (Google LLC, 2006) os títulos dos artigos, a revista e ano de publicação. Os artigos incluídos deveriam: (I) ter amostra inteiramente composta por indivíduos brasileiros adultos de ambos os sexos e residentes no Brasil; (II) ter categorias de identificação da amostra por raça/cor como variável independente; (III) ter algum indicador de prática de AF como variável dependente; (IV) conduzidos no período de 2015 a 2019. A definição do período de publicação dos artigos foi feita de maneira arbitrária.

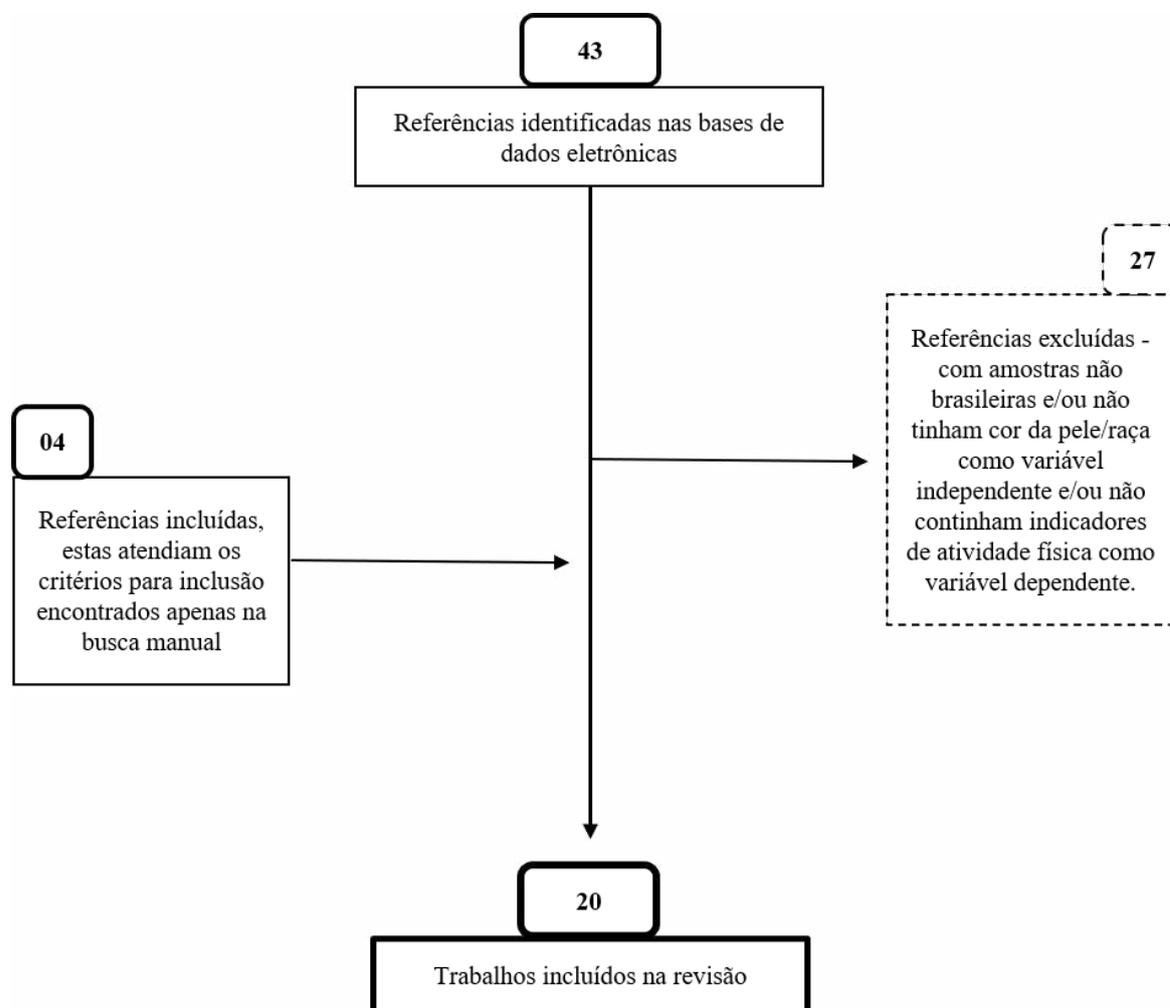
Na busca eletrônica foi utilizado nas chaves de buscas o operador booleano "AND" (com o objetivo de mostrar artigos que tenham os termos descritos) sempre combinando um descritor de AF (atividade física, fisicamente ativo, comportamentos de saúde, comportamentos relacionados à saúde, inatividade física e atividade motora) com um descritor relacionado à raça/cor (cor da pele, grupo racial, grupo étnico, etnia e raça) em português e seus correlatos em inglês. A busca inicial identificou 43 trabalhos, onde 16 se encaixaram nos critérios estabelecidos. Ao todo, 27 trabalhos foram excluídos por não atenderem a todos os critérios de inclusão. Para a busca manual foram visitadas as páginas das revistas e baixados todos os artigos originais publicados no período esta-

belecido, e foram identificados mais quatro trabalhos, totalizando assim 20 artigos incluídos na revisão (Figura 1).

Todos os artigos selecionados foram obtidos por texto completo e em outra planilha foram organizadas as principais informações, posteriormente separadas em dois quadros. O primeiro apresenta informações sobre as estratificações. Em artigos com versão apenas em inglês, entrou-se em contato com os autores e perguntou-se sobre quais seriam as nomenclaturas equivalentes em idioma português. O segundo quadro organizou informações relativas aos estudos que investigaram a AFTL. Para fins de identificação da relação entre a variável raça/cor e a AFTL, sempre se considerou as análises ajustadas. Caso o estudo apresentasse mais de um modelo ajustado, considerou-se os resultados do último modelo, isto é, o que apresentava maior quantidade de variáveis de confundimento no ajuste. Em casos em que não eram apresentadas as análises ajustadas, era considerada a análise bruta, sendo feita a observação da não realização da análise ajustada. Os critérios para determinar se houve relação estatística significativa foram o Intervalo de Confiança (IC) da medida de associação utilizada em cada estudo (Razão de Prevalência, Odds Ratio ou prevalência com IC), ou, quando não havia estas medidas, o valor do p.

Em relação ao primeiro objetivo, foram considerados todos os 20 estudos encontrados que apresentaram AF como variável dependente. Para o segundo, foram incluídos os 12 trabalhos que apresentaram alguma análise específica com a AFTL. Optamos por realizar esta análise especificamente para AFTL porque este domínio tem maior relação com o lazer e está mais potencialmente relacionado a momentos de prazer e com maior significado cultural, que acontecem a partir dos desejos dos sujeitos, ao contrário dos outros domínios, que muitas vezes dependem mais de questões relacionadas a obrigação e necessidade, como no caso das atividades físicas laborais e domésticas (SILVA *et al.*, 2020; KNUTH; ANTUNES, 2021; TEMPORELLI, 2021).

**Figura 1.** Fluxograma da coleta de dados e seleção dos estudos que compuseram a amostra.



Fonte: dados da pesquisa.

## Resultados

Todos os trabalhos encontrados tiveram delineamento transversal e utilizaram questionário para mensurar a AF. Nenhum estudo teve como objetivo central a investigação da relação da raça/cor com a AF, isto é, em todos os trabalhos encontrados a variável raça/cor foi uma das variáveis independentes investigadas. Em relação à forma de estratificação da variável raça/cor, foram encon-

tradas nove diferentes formas, sendo “branco, pardo, preto” a mais presente (n=5) (MALTA *et al.*, 2015a; MALTA *et al.*, 2015b; DUMITH *et al.*, 2016; CASAS *et al.*, 2018; BOING *et al.*, 2019), seguido por “branco, pardo, preto, amarela e indígena” (CUREAU *et al.*, 2015; MALTA *et al.*, 2017; CONDESSA *et al.*, 2018; CONDESSA *et al.*, 2019) e “branco ou não branco” (DUMITH *et al.*, 2019; DUTRA *et al.*, 2016; NASSER *et al.*, 2016; PEIXOTO *et al.*, 2018), ambas estratificações encontradas em quatro estudos. A classificação “branco ou negro” foi observada em dois artigos (NASCIMENTO *et al.*, 2017; SOUSA *et al.*, 2019) e as demais estratificações foram encontradas, cada uma, em um trabalho. A média de categorias encontradas foi de 2,9 por artigo, variando entre duas e cinco categorias. Em relação à nomenclatura individual de cada categoria, observaram-se 10 tipos: branco, pardo, preto, amarelo, indígena, negro, não branco, outros, ascendência africana e mulato. “Branco” esteve presente em todos os estudos (Quadro 1).

**Quadro 1.** Formas e quantidade de estratificações encontradas nos 20 artigos incluídos na revisão

Estratificação	Nº	Artigos
branco; pardo; preto	5	BOING <i>et al.</i> , 2019**; CASAS <i>et al.</i> , 2018; DUMITH <i>et al.</i> , 2016; MALTA <i>et al.</i> , 2015a; MALTA <i>et al.</i> , 2015b
branco; pardo; preto; amarela; indígena	4	CONDESSA <i>et al.</i> , 2018; CONDESSA <i>et al.</i> , 2019; CUREAU <i>et al.</i> , 2015; MALTA <i>et al.</i> , 2017
branco; não branco	4	DUMITH <i>et al.</i> , 2019; DUTRA <i>et al.</i> , 2016; NASSER <i>et al.</i> , 2016; PEIXOTO <i>et al.</i> , 2018
branco; negro	2	NASCIMENTO <i>et al.</i> , 2017; SOUSA <i>et al.</i> , 2019*
branco; pardo/preto	1	SILVA <i>et al.</i> , 2017***
branco; pardo; negro	1	COSTA <i>et al.</i> , 2017
branco; negro; outros	1	SILVA <i>et al.</i> , 2018
branca, pardo/mulato, ascendência africana	1	FRAGA <i>et al.</i> , 2018****
branco, preto, amarelo (asiático), e indígena	1	OLIVEIRA <i>et al.</i> , 2019*****

\* - considerou pretos e pardos como formadores da categoria negros

Estratificação sem tradução: \*\* - white; lighter skinned black; dark skinned black; \*\*\* - white; black/brown; \*\*\*\* - white; african descent; brown/mulato; \*\*\*\*\* - white; black; asian/indian

Fonte: Dados da pesquisa.

O Quadro 2 apresenta informações de cada trabalho sobre a amostra, variável dependente utilizada e seus respectivos critérios, a estratificação utilizada e a síntese dos principais resultados da relação encontrada entre raça/cor e AFTL. Dos 12 artigos que tiveram análises sobre AFTL, cinco apresentaram alguma associação significativa da raça/cor com AFTL (CUREAU *et al.*, 2015; MALTA *et al.*, 2015a; CASAS *et al.*, 2018; BOING *et al.*, 2019; DUMITH *et al.*, 2019). Destes, quatro trabalhos foram realizados com amostras de adultos e um de adolescentes.

Com relação aos resultados dos estudos com população adulta, Casas *et al.*, (2018) observaram menor prevalência de AFTL em mulheres pretas e pardas na comparação com as brancas (as prevalências foram ajustadas por idade e escolaridade). Malta *et al.*, (2015a) e Boing *et al.*, (2019) não apresentaram análises estratificadas por sexo e observaram que os pretos eram mais inativos no tempo livre do que os brancos. Já o trabalho de Dumith *et al.*, (2019) considerou a prática de AF moderada e intensa e observou que brancos tiveram maior prevalência de AF vigorosa do que não brancos (análise ajustada por variáveis demográficas, socioeconômicas, comportamentais e de percepção do bairro). No único estudo com associação que utilizou amostra de adolescentes (12 a 17 anos), Cureau *et al.*, (2015) consideraram dois critérios de AF: inatividade física no lazer (menos de 300 minutos/semana) e nenhuma AF de lazer (zero minuto/semana). Os resultados foram semelhantes para os dois critérios, sendo que no geral, pretos, pardos e indígenas tiveram menores prevalências na comparação com os brancos. Quando estratificado por sexo, nas meninas não foram observadas diferenças significativas na inatividade física no lazer, enquanto que para o indicador nenhuma AF no lazer, as pardas tiveram menor prevalência que as brancas, enquanto no sexo masculino, observou-se menor prevalência de inatividade física no lazer nos pretos, indígenas e pardos e de nenhuma AF no lazer entre indígenas e pardos (análise ajustada por macrorregião, idade e condição econômica).

**Quadro 2.** Informações principais dos artigos que investigaram a relação da raça/cor com a AFTL.

<b>Autores</b>	<b>Tipo de Estudo e Amostra</b>	<b>AFTL e critério</b>	<b>Estratificação</b>	<b>Resultados encontrados</b>
BOING <i>et al.</i> , 2019	Transversal com 1.720 adultos de 20-59 anos	Inatividade física no tempo livre: Indivíduos que não praticaram AFTL nos últimos três meses	Branco Preto Pardo	Pretos com maiores prevalências de inatividade física (68,3%, IC: 60,2-76,4) que brancos (51,9%, IC: 43,1-52,8).  Foram apresentadas apenas análises de prevalência e IC 95% sem estratificação de sexo.
CASAS <i>et al.</i> , 2018	Transversal com 54.000 adultos	AF suficiente no lazer:  ≥150 min/sem de AF de intensidade leve ou moderada ou, ≥75 min/sem de AF vigorosa	Branca* Preta  Parda	Não houve diferenças na análise em ambos os sexos e entre o sexo masculino. No feminino, pretas (RP= 0,80, IC: 0,70-0,91) e pardas (RP= 0,87, IC: 0,81,0,94) tiveram menores prevalências que as brancas.
CUREAU <i>et al.</i> , 2015	Transversal com 73.589 adolescentes	1. Inatividade Física no lazer: AF <300 min/sem  2. Nenhuma AFTL:  0 min/sem de AF	Branco* Preto Amarelo Indígena  Pardo	Para inatividade física, pretos (RP= 0,87, IC: 0,80-0,95), pardos (RP= 0,96, IC: 0,93-0,96) e indígenas (RP= 0,68, IC: 0,56-0,82) tiveram menor prevalência que brancos. No sexo feminino não houve diferenças entre as prevalências e para o sexo masculino foi observada menor prevalência em pretos (RP= 0,75, IC: 0,64-0,89), indígenas (RP= 0,52, IC: 0,38-0,71) e pardos (RP= 0,91, IC:0,84-0,98).  Para nenhuma AF, pardos (RP= 0,88, IC: 0,82-0,95) e indígenas (RP= 0,63, IC: 0,44-0,90) tiveram menor prevalência. No sexo feminino, pardas tiveram menor prevalência (RP= 0,91, IC: 0,84-0,98). No masculino, indígenas (RP= 0,37, IC: 0,19-0,73) e pardos (RP= 0,80, IC: 0,69-0,93) tiveram menor prevalência.
DUMITH <i>et al.</i> , 2019	Transversal com 1290 adultos	1. AF moderada: ≥150 min/sem  2. AF vigorosa: ≥75 min/sem	Branco;  Não branco*	Para AF moderada não foram observadas diferenças. Já para AF vigorosa, brancos tiveram maiores prevalências que não brancos (RP= 1,56, IC: 1,04-2,35)  Não foram apresentadas análises estratificadas por sexo

FRAGA <i>et al.</i> , 2018	Transversal com 641 adultos de 20 anos ou mais	Prática insuficiente de AF: $< 600$ MET - min/sem	Branco Pardo/mulato Ascendência Africana	Para homens e mulheres não foram encontradas diferenças em análises gerais Não foram apresentadas análises ajustadas e estratificadas por sexo.
MALTA <i>et al.</i> , 2015a	Transversal com 60.202 adultos	AFTL: AF $\geq 150$ min/sem de intensidade leve ou moderada, ou $\geq 75$ min/sem de AF vigorosa	Branca Preta Parda	Pretos (19,8%, IC: 17,9-21,6) mostraram menores prevalências que brancos (23,5, IC: 22,5-24,5). Não foram apresentadas informações sobre análises ajustadas e estratificadas por sexo.
MALTA <i>et al.</i> , 2015b	Transversal com 45.448 adultos	AFTL: AF $\geq 150$ min/sem de intensidade leve ou moderada, ou $\geq 75$ min/sem de AF vigorosa	Branca* Preta Parda	Não foi observada diferença significativa da prevalência na análise geral e também na análise entre sexos. Nas análises estratificadas por sexo tiveram apenas informações sobre a prevalência com intervalos de confiança e diferentemente da análise geral, estas não apresentaram informações de ajuste nas análises.
NASCIMENTO <i>et al.</i> , 2017	Transversal com 142 mulheres adultas de um ambulatório de referência para obesidade	Inatividade física no lazer: Pontuação do International Physical Activity Questionnaire (IPAQ-versão longa).	Branca* Negra (preta/parda)	Não foi observada diferença na prevalência na análise bruta entre as mulheres da amostra (RP= 0,90, IC: 0,75-1,22). Não foram apresentadas informações sobre análises ajustadas.
NASSER <i>et al.</i> , 2016	Transversal com 1953 adultos de 18 a 35 anos	AFTL: AF $\geq 150$ min/sem	Branco* Não branco	No total da amostra não foi observada diferença significativa na análise da prevalência bruta (RP= 1,02, IC: 0,85-1,22). Não foram apresentadas informações sobre análises ajustadas e estratificadas por sexo.
SILVA <i>et al.</i> , 2017	Estudo transversal com 323 adultos e idosos frequentadores de três academias ao ar livre	Suficientemente ativo: AF $\geq 150$ min/sem	Branco Pardo/ Preto	Apresentou apenas análise bivariada, a partir do teste do qui-quadrado e não foi observada diferença significativa (p 0,20) na prevalência entre brancos (78,9%) e pardos/pretos (71,7%). Não foram apresentadas informações sobre análises ajustadas e estratificadas por sexo.

SILVA <i>et al.</i> , 2018	Transversal com 82.019.207 trabalhadores com 16 anos ou mais	Praticou AFTL: AF $\geq$ duas vezes na semana, com $\geq$ 20 minutos de AF	Branco Negro Outros	Não foi observada diferença significativa.  Não foram apresentadas informações sobre análises ajustadas e estratificadas por sexo.
SOUSA <i>et al.</i> , 2019	Estudo transversal com 11.177 idosos	Ativo no lazer: AF >150 min/sem	Branco; Negro*	Não houve diferenças significativas na análise geral e ajustada.  Não foram apresentadas informações sobre análises estratificadas por sexo.

\* - Grupo de referência na análise  
AF - Atividade física  
AFTL - Atividade física no tempo livre  
MET - Equivalente metabólico de tarefa  
RP - Razão de prevalência  
IC - Intervalo de confiança  
Fonte: Dados da pesquisa.

## Discussão

Este trabalho verificou como foi realizada (no período de 2015 a 2019) a estratificação da variável raça/cor em estudos brasileiros que avaliaram AF, como também sintetizou os principais achados encontrados nos estudos que apresentaram alguma medida de AFTL. Os principais resultados foram: 1) Dos 20 estudos considerados para o primeiro objetivo, foram observadas nove diferentes formas de estratificação para a variável raça/cor; 2) Nenhum dos estudos encontrados investigou somente a relação da raça/cor com a atividade física. Em todos os trabalhos a raça/cor foi tratada como uma das variáveis independentes, junto a outras, como, por exemplo: faixa etária, escolaridade e renda. 3) As formas de estratificação mais usadas foram “branco, pardo, preto” (n=5) e “branco, pardo, preto, amarelo, indígena” (n=4) e “branco, não branco” (n=4); 4) Dez nomenclaturas de categorias foram observadas: branco, pardo, preto, amarelo, indígena, não branco, negro, outros, ascendência africana e mulato. A categoria “branco” esteve presente em todos os estudos; 5) Em relação à associação

da raça/cor com a AFTL, dos 12 estudos revisados para este objetivo, menos da metade (cinco) apresentou alguma associação significativa; 6) Destes, em quatro estudos com amostras de adultos, os resultados apontam maior inatividade nos pretos comparando com brancos, porém, no único estudo realizado com adolescentes, encontrou-se maior inatividade nos brancos.

Com relação à diversidade de estratificações, nosso resultado é semelhante ao de Kabad *et al.*, (2012) que apontou a falta de uma padronização em relação as formas de estratificação da raça/cor. Na ocasião, os autores observaram média de 2,7 categorias de raça/cor por artigo revisado, sendo que no presente estudo observamos uma média de 2,9. No que diz respeito as formas de estratificação mais observadas, a partir de 1998, o IBGE passou a utilizar a estratificação “branco, pardo, preto, amarelo, indígena” nos sistemas nacionais de informação em saúde (CARDOSO; SANTOS; COIMBRA, 2005; TRAVASSOS; WILLIAMS, 2004), contribuindo com o aumento da adoção desse critério em estudos relacionados à saúde. Vale mencionar que apenas um dos estudos justificou porque amarelos e indígenas haviam sido excluídos das análises, alegando pequena representação na amostra e baixa precisão das estimativas dessa população (SOUSA *et al.*, 2019), fato esse que dialoga com a grande presença da estratificação “branco, preto, pardo”, visto que a soma destes grupos compõe cerca de 98% da população do Brasil (IBGE, 2011).

Sobre a questão da estratificação “branco, não branco” também ser bastante frequente, destacamos duas possíveis hipóteses. A primeira é que brancos possuem maiores privilégios, sofrem menos desigualdades e injustiças sociais que os demais grupos, sendo válido o agrupamento das demais categorias para identificar possíveis desigualdades. Vale citar que a concepção de privilégio tem sido debatida associada à noção de branquitude, definida como privilégio sistêmico (material e simbólico) do grupo branco nas sociedades racialmente hierarquizadas (BENTO, 2003; SCHUCMAN, 2012), uma das marcas do colonialismo (QUIJANO, 2005). Ou seja, se, por um lado, existem grupos que sofrem as

desvantagens decorrentes do racismo, como negros e indígenas, por outro, existe um grupo que, conscientemente ou inconscientemente, se beneficia dessa estrutura que é o branco. Já a segunda hipótese é relacionada a razões estatísticas. Três dos quatro estudos que usaram essa estratificação tiveram amostras municipais e/ou específicas menores de 2.000 pessoas nas quais 70% ou mais são brancos, sendo talvez necessário o grupamento das demais categorias em um único grupo, de modo a evitar grupos muito pequenos, o que diminuiria o poder estatístico das análises. De qualquer modo, é importante destacar que, em geral, os estudos não justificaram esta opção do grupamento das categorias em “não brancos”.

Destaca-se que, no que se refere às categorias “pretos” e “pardos”, desde o final da década de 1970, com a formação do Movimento Negro Unificado (1978), estudiosos das relações étnico-raciais (HASENBALG, 1979, 2005; HASENBALG; SILVA, 1988; MUNANGA, 2008; PAIXÃO *et al*, 2010; LIMA, 2014), assim como os mais representativos segmentos do Movimento Negro brasileiro (MNU, 1978; BRASIL, 2014), advogam em favor de métodos classificatórios para fins de análise estatística que agreguem pretos e pardos numa única categoria: negros. A categoria “negros”, além de se configurar como uma identidade social para este segmento populacional, leva em consideração as semelhanças entre pretos e pardos no que se refere à posição na estrutura social, que é praticamente a mesma (HASENBALG, 2005; MUNANGA, 2008).

Embora experiências relativas à discriminação racial não sejam homogêneas, considerando que os pretos tendem a ser discriminados de forma mais acentuada que os pardos de pele mais clara (DAFLON; CARVALHAES; FERES JUNIOR, 2018), pesquisas que analisaram indicadores socioeconômicos, mobilidade social, renda, trabalho e educação entre pretos e pardos mostram que, apesar de diferenças não negligenciáveis entre estes dois grupos, as distâncias que os separam são ínfimas comparadas às profundas desigualdades e iniquidades observáveis entre eles (pretos e par-

dos) e os brancos (HASENBALG, 2005; PAIXÃO *et al.*, 2010; DAFLON; CARVALHAES; FERES JUNIOR, 2018).

Especificamente em relação aos resultados encontrados a respeito da associação entre raça/cor e AFTL, é preciso destacar que menos da metade dos estudos observou alguma associação significativa. Um aspecto que merece ser destacado diz respeito às análises ajustadas, e de quais variáveis foram consideradas no ajuste. Parece que nas análises brutas a relação entre raça/cor com a AFTL é bem evidente, sendo maior a prática em brancos, mas quando as análises incluem variáveis sociodemográficas no ajuste, esta relação diminui ou mesmo desaparece. Por exemplo, Sousa *et al.*, (2019) observaram que a prevalência da AFTL, ajustada por sexo, idade e região geográfica de residência, dos idosos brancos foi maior do que a dos idosos negros (RP=1,33; IC95%: 1,12-1,58), porém, quando a variável escolaridade foi adicionada ao modelo de ajuste, a diferença da prevalência deixou de ser significativa (RP=0,99; IC95%=0,84-1,17). Assim, recomenda-se que os estudos que buscam analisar a relação entre a raça/cor e a AFTL tenham especial cuidado na seleção das variáveis que serão consideradas nos modelos ajustados.

Cabe destacar também que a raça/cor relacionada à prática de AFTL pode ser mais desfavorável às mulheres negras. Casas *et al.*, (2018) verificaram que mulheres pretas e pardas foram menos ativas nesse domínio na comparação com as brancas. Esses resultados podem decorrer da articulação de sistemas múltiplos de opressão - racismo, sexismo, patriarcalismo, exploração de classe (CRENSHAW, 2002; LUGONES, 2008) - que faz com que as mulheres negras tenham condições de vida mais impactadas e apresentem piores indicadores sociais devido à intersecção desses sistemas (MARCONDES *et al.*, 2013).

Nos adolescentes, o achado oposto pode ser justificado, pelo menos parcialmente, pelo maior envolvimento de brancos em atividades de lazer do tipo sedentário, como jogos em celulares e computadores, talvez por terem melhor condição socioeconômica, enquanto que os pretos se envolvem mais com atividades de lazer

menos sedentárias (COSTA *et al.*, 2017). No entanto, novos estudos são necessários para a confirmação deste resultado e para o aprofundamento das explicações sobre as possíveis causas.

Apesar da importância da utilização da variável raça/cor na pesquisa em saúde e AF, a falta de uma elucidação conceitual de raça/cor (que justifique sua utilização como um conceito relevante e útil nesse campo de conhecimento), bem como a ausência de padronização ou de maior consenso nas formas de estratificação dessa variável, podem produzir resultados inconsistentes, assim como reduzir as possibilidades de estudos comparativos. Consequentemente, isso pode cercear as possibilidades de formulação de políticas públicas efetivas para a promoção da equidade racial, incluindo o acesso à saúde, à AF e ao lazer.

Entre as limitações do estudo estão o fato de que não foi avaliada a qualidade dos artigos revisados e que as buscas foram realizadas somente em idioma português e inglês.

Conclui-se que a variável raça/cor tem sido investigada de maneira bastante diversa em estudos sobre epidemiologia da AF. Em relação à associação da raça/cor com a AFTL, menos da metade dos estudos (cinco de 12) encontrou alguma associação significativa. Nos estudos que encontraram associação, a direção desta variou conforme faixa etária, uma vez que nos estudos com adultos e idosos, a inatividade no tempo livre foi maior nos pretos e pardos na comparação com os brancos, enquanto nos adolescentes observou-se o contrário. Considerando estes achados, bem como a complexidade da temática, sugere-se a produção de novas pesquisas específicas sobre o tema, inclusive porque nos estudos encontrados, a raça/cor foi abordada como apenas uma das variáveis independentes, o que impossibilitou, nos artigos revisados, uma discussão mais específica sobre a temática. Recomenda-se que sejam fortalecidas as políticas públicas que visem a promoção das práticas corporais/atividade física, por exemplo, no contexto do Sistema Único de Saúde e na construção de espaços públicos de lazer, no sentido de se aumentar o acesso da população, especialmente entre os mais pobres, e também se busque o combate

ao racismo estrutural que existe na sociedade brasileira, inclusive a partir do fortalecimento das ações afirmativas.

## Referências

ALMEIDA-FILHO, N. Desigualdades en salud: nuevas perspectivas teóricas. **Salud Colectiva**, v. 16, e2751, jun. 2020a. Disponível em: <http://revistas.unla.edu.ar/saludcolectiva/article/view/2751>.

Acesso em: 6 out. 2021. DOI: 10.18294/sc.2020.2751.

ALMEIDA-FILHO, N. Etnoepidemiología y salud mental: perspectivas desde América Latina. **Salud Colectiva**. v. 16, e2786, nov. 2020b. Disponível em: <https://www.scielo.org/article/scol/2020.v16/e2786/>. Acesso em: 6 out. 2021. DOI: 10.18294/sc.2020.2786

ARAÚJO, E. M.; COSTA, M. C. N.; HOGAN, V. K.; ARAÚJO, T. M.; ACÁCIA, B. D.; OLIVEIRA, L. O. A. A utilização da variável raça/cor em Saúde Pública: possibilidades e limites. **Interface - Comunicação, Saúde, Educação**, v. 13, n. 31, p. 383-394, out.-dez. 2009. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/icse/a/SK3Gk4HTtwRF8pLJLMzzDXq/abstract/?lang=pt>. Acesso em: 6 out. 2021. DOI: 10.1590/S1414-32832009000400012

BARATA, R. B. **Como e por que as desigualdades sociais fazem mal à saúde?** 1ª edição. 1ª reimpressão. Rio de Janeiro: Fiocruz, 2012.

BARRETO, M. L. Desigualdades em Saúde: uma perspectiva global. **Ciência & Saúde Coletiva**. v. 22, n. 7, p. 2097-2108, jul. 2017. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/csc/a/XLS4hCMT6k5nMQy8BJzjhHx/?lang=pt>. Acesso em: 6 out. 2021. DOI: 10.1590/1413-81232017227.02742017

BASTOS, J. L.; FAERSTEIN, E. **Discriminação e saúde: perspectivas e métodos**. Rio de Janeiro: Fiocruz, 2012.

BATISTA, L. E.; MONTEIRO, R. B.; MEDEIROS, R. A. **Iniquidades raciais e saúde: o ciclo da política de saúde da população**

**negra. Saúde em Debate.** v. 37, n. 99, p. 681-690, dez. 2013.

Disponível em: <https://www.scielo.br/j/sdeb/a/spQ7FXCVNs-JsKyHn8JzWMvj/abstract/?lang=pt>. Acesso em: 6 out. 2021.

BENTO, M. A. Branqueamento e branquitude no Brasil. *In*: BENTO, M. A. S.; CARONE, I. (Orgs.). **Psicologia Social do Racismo**: Estudos sobre branquitude e branqueamento no Brasil. Petropolis, Vozes, 2003.

BOING, A. F.; SUBRAMANIAN S. V.; BOING, A. C. Association between area-level education and the co-occurrence of behavior-related risk factors: a multilevel analysis.

**Revista Brasileira de Epidemiologia**, v. 22, e190052.

2019. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/rbepid/a/Zs7y7WJtd85X5Nt5MZMN7Ng/?format=pdf&lang=en>. Acesso em: 5 out. 2021. DOI: 10.1590/1980-549720190052

BRASIL. **Estatuto da igualdade racial**: Lei nº 12.228, de 20 de julho de 2010, e legislação correlata. 3. ed. Brasília: Câmara dos Deputados, Edições Câmara, 2014.

CARDOSO, A. M.; SANTOS, R. V.; COIMBRA, C. E. A. Mortalidade infantil segundo raça/cor no Brasil: o que dizem os sistemas nacionais de informação? **Cadernos de Saúde Pública**, v. 21, n. 5, p. 1602-1608, out. 2005. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/csp/a/qRYNp3VfsVKcfkKRLzrnRhP/?lang=pt..> Acesso em: 6 out. 2021. DOI: 10.1590/S0102-311X2005000500035

CASAS, R. C. R. L.; BERNAL, R. T. I.; JORGE, A. O.; MELO, E. M.; MALTA, D. C. Fatores associados à prática de Atividade Física na população brasileira – Vigitel 2013. **Saúde em Debate.** v. 42, n. 4, p. 134-144, dez. 2018. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/sdeb/a/XQg8JS3438rPw96t7tWhwFw/?lang=pt>. Acesso em: 6 out. 2021. DOI: 10.1590/0103-11042018S410

CONDESSA, L. A.; SOARES, C. A.; MIELKE, G. I.; MALTA, D. C.; CAIAFFA, W. T. Prevalência de adolescentes fisicamente ativos nas capitais brasileiras: Pesquisa Nacional de Saúde do Escolar 2012 e 2015. **Revista Brasileira de Epidemiologia**, v. 21, supl. 1, e180012. 2018. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/rbepid/a/>

XwHTKkR9CGCPb5gHm7BDtFq/?lang=pt. Acesso em: 6 out. 2021.  
DOI: 10.1590/1980-549720180012.supl.1

CONDESSA, L. A.; CHAVES, O. C.; SILVA, F. M.; MALTA, D. C.;  
CAIAFFA, W. T. Fatores socioculturais associados à atividade física  
de meninos e meninas: PeNSE 2012. **Revista de Saúde Pública**,  
v. 53, n. 25. 2019. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/rsp/a/sj-Qv4qVjLMtzRymxbYzYZBG/?lang=pt>. Acesso em: 6 out. 2021. DOI:  
10.11606/S1518-8787.2019053000516

COSTA, D.; PUREZA, D.; MIELKE, G. Prevalência de inatividade  
física e apoio social dos pais em adolescentes de Macapá-Amapá.  
**Revista brasileira de atividade física e Saúde**, v. 22, n. 6,  
p. 533-539. 2017. Disponível em: <https://rbafs.org.br/RBAFS/article/view/7824>. Acesso em: 6 out. 2021. DOI: 10.12820/rbafs.v.22n6p533-539

CRENSHAW, K. Documento para o encontro de especialistas em  
aspectos da discriminação racial relativos ao gênero. **Revista  
Estudos Feministas**, v. 10, n. 1, p. 171-188. 2002. Disponível  
em: <https://www.scielo.br/j/ref/a/mbTpP4SFXPnjZ397j8fSBQQ/abstract/?lang=pt>. Acesso em: 6 out. 2021. DOI: 10.1590/S0104-026X2002000100011

CUREAU, F. V.; SILVA, T. L. N.; BLOCH, K. V.; FUJIMORI, E., *et al.*  
ERICA: inatividade física no lazer em adolescentes brasileiros.  
**Revista de Saúde Pública**. v. 50, n. 1. 2015. Disponível em:  
<https://www.scielo.br/j/rsp/a/rW5z97L6gZPSfkmzfYh7fqn/abstract/?lang=pt>. Acesso em: 6 out. 2021. DOI: 10.1590/S01518-8787.2016050006683

DAFLON, V. T.; CARVALHAES, F.; FERES JÚNIOR, J. Sentindo na Pele:  
Percepções de Discriminação Cotidiana de Pretos e Pardos no  
Brasil. **DADOS - Revista de Ciências Sociais**, Rio de Janeiro, v.  
60, n. 2, p. 293 a 330, abr.-jun. 2017. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/dados/a/6WwjhscKxDSFk8mH6mLBhKw/abstract/?lang=pt>. Acesso em: 8 out. 2021. DOI: 10.1590/001152582017121

DUMITH, S. C.; SANTOS, M. N.; TEIXEIRA, L. O.; CAZEIRO, C. C., *et al.*  
Prática de atividade física entre jovens em município do semiárido

do no Brasil. **Ciência & Saúde coletiva**. v. 21, n. 4, p. 1083-1093, abr. 2016. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/csc/a/hNpNjzxs-VzXrSGJRpcpmMBH/abstract/?lang=pt>. Acesso em: 6 out. 2021. DOI: 10.1590/1413-81232015214.18762015

DUMITH, S. C.; MACIEL, F. V.; BORCHARDT, J. L.; ALAM, V. S., *et al.* Preditores e condições de saúde associados à prática de atividade física moderada e vigorosa em adultos e idosos no sul do Brasil. **Revista Brasileira de Epidemiologia**, v. 22, e190023. 2019. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/rbepid/a/VFJhm4QMZhGjd88Z4yx4mrf/abstract/?lang=pt>. Acesso em: 6 out. 2021. DOI: 10.1590/1980-549720190023

DUTRA, G. F.; KAUFMANN, C. C.; PRETTO, A. D. B.; ALBERNAZ, E. P. Sedentarismo e práticas alimentares inadequadas na infância: um estudo de coorte. **Ciência & Saúde coletiva**, v. 21, n. 4, p. 1051-1059, abr. 2016. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/csc/a/cyHx8vN5rNKbSZTx6hZrjvn/abstract/?lang=pt>. Acesso em: 6 out. 2021. DOI: 10.1590/1413-81232015214.08032015

FAUSTINO, D. M. A universalização dos direitos e a promoção da equidade: o caso da saúde da população negra. **Ciência & Saúde Coletiva**, v. 22, n. 12, dez. 2017. Disponível em: <https://www.scielo.org/article/csc/2017.v22n12/3831-3840/pt/>. Acesso em: 6 out. 2021. DOI: 10.1590/1413-812320172212.25292017

FRAGA, N. C.; MACIEL, N. M.; GENEBRA, C. V. S.; CANDIDO, J. P., *et al.* Physical activity patterns in adults: prevalence and associated factors. **Cadernos de Saúde Coletiva**, v. 26, n. 3, jul.-set. 2018. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/cadsc/a/ccj3gc-NFDFRyx7BdSfDbfyH/?lang=en> Acesso em: 06 out. 2021. DOI: 10.1590/1414-462X201800030329

GUIMARÃES, A. S. **Como trabalhar com raça em sociologia**. Educação e Pesquisa. São Paulo, v. 29, n. 1, p. 93-107, 2003.

GUIMARÃES, A. S. A. **Racismo e Anti-racismo no Brasil**. Editora 34: São Paulo, 1999.

HANSENBALG, C.; SILVA, N. V. **Estrutura Social, Mobilidade e Raça**. Instituto de Pesquisas do Rio de Janeiro: Vértice, 1988.

HASENBALG, C. **Discriminação e Desigualdades Raciais no Brasil**. Rio de Janeiro, Graal, 1979.

HANSENBALG, C. **Discriminação e desigualdades raciais no Brasil**. 2º ed. UFMG: Belo Horizonte, 2005.

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA. **Censo Demográfico de 2010**. Características da população e dos domicílios. Resultados do universo. IBGE: Rio de Janeiro, 2011.

KABAD, J. F.; BASTOS, J. L.; SANTOS, R. V. Raça, cor e etnia em estudos epidemiológicos sobre populações brasileiras: revisão sistemática na base PubMed. **Revista de Saúde Pública**. v. 22, n. 3, p. 895-918. 2012. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/physis/a/BGp9j5wMddDCd7YZ4j8ssVv/abstract/?lang=pt>. Acesso em: 6 out. 2021. DOI: 10.1590/S0103-73312012000300004

KABAD, J. F.; PONTES, A. L. M.; MONTEIRO, S. Relações entre produção científica e políticas públicas: o caso da área da saúde dos povos indígenas no campo da saúde coletiva. **Ciência & Saúde Coletiva**, v. 25, p. 1653-1666, 2020.

KNUTH, A. G.; ANTUNES, P. C. Práticas corporais/atividades físicas demarcadas como privilégio e não escolha: análise à luz das desigualdades brasileiras. **Saúde e Sociedade**. v. 30, n. 2. 2021. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/sausoc/a/CjfPgsKtxtjGcP8HX5kWg9L/>. Acesso em 6 out. 2021. DOI: 10.1590/S0104-12902021200363

LANDER, E. (Org.). **A Colonialidade do Saber: eurocentrismo e ciências sociais. Perspectivas latinoamericanas**. Colección Sur Sur, CLACSO, Ciudad Autónoma de Buenos Aires, Argentina, set., 2005.

LIMA, M. **A Obra de Carlos Hasenbalg e seu Legado à Agenda de Estudos sobre Desigualdades Raciais no Brasil**. DADOS - Revista de Ciências Sociais, Rio de Janeiro, v. 57, n. 4, p. 919 a 933, 2014.

LUGONES, M. **Colonialidad y género**. Tabula Rasa, n. 9, p. 73-101, 2008.

MALTA, D. C.; ANDRADE, S. S. C. A.; STOPA, S. R.; PEREIRA, C. A., *et al.* Estilos de vida da população brasileira: resultados da Pesquisa Nacional de Saúde, 2013. **Epidemiologia e Serviços de Saúde**, v. 24, n. 2, p. 217-226, abr.-jun. 2015a. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/ress/a/yQGDQ8TjsB6bBgXWdMtwDBy/abstract/?lang=pt>. Acesso em: 6 out. 2021. DOI: 10.5123/S1679-497420150002000004

MALTA, D. C.; MOURA, L.; BERNAL, R. T. I. Diferenciais dos fatores de risco de Doenças Crônicas não Transmissíveis na perspectiva de raça/cor. **Ciência & Saúde coletiva**, v. 20, n. 3, p. 713-725, mar. 2015b. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/csc/a/7NTw-4vts4sV5Z8PrWHT4ytk/?lang=pt>. Acesso em: 6 out. 2021. DOI: 10.1590/1413-81232015203.16182014

MALTA, D. C.; STOPA, S. R.; SANTOS, M. A. S.; ANDRADE, S. S. C. A. Fatores de risco e proteção de doenças e agravos não transmissíveis em adolescentes segundo raça/cor: Pesquisa Nacional de Saúde do Escolar. **Revista Brasileira de Epidemiologia**, v. 20, n. 2, p. 247-259, abr.-jun. 2017. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/rbepid/a/TTCxh4NvTjwTx3jH5xjmbvt/abstract/?lang=pt>. Acesso em: 6 out. 2021. DOI: 10.1590/1980-5497201700020006

MALDONADO-TORRES, N. Sobre la Colonialidad del Ser: contribuciones al desarrollo de un concepto. In: CASTRO-GÓMEZ, S.; GROSFUGUEL, R. (Orgs.) **El Giro Decolonial**: Reflexiones para una diversidad epistémica más allá del capitalismo global. Bogotá: Universidad Javeriana-Instituto Pensar, Universidad Central-IESCO, Siglo del Hombre Editores, 2007.

MARCONDES, M. M.; PINHEIRO, L.; QUEIROZ, C.; QUERINO, A.C.; VALVERDE, D. **Dossiê mulheres negras**: retrato das condições de vida das mulheres negras no Brasil. Brasília: Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada, 2013.

MENÉNDEZ, E. **Epidemiología sociocultural**: propuestas y posibilidades. *Región y Sociedad*. XX (2): 5-50, 2008.

MIGNOLO, W. Os Esplendores e as Misérias da “Ciência”: colonialidade, geopolítica do conhecimento e pluri-versalidade epistemi-

ca. In: SANTOS, B. S. (Org.). **Conhecimento Prudente Para uma Vida Descente: um discurso sobre as ciências - revisitado**". 2. ed. São Paulo: Cortez, 2006.

MOVIMENTO NEGRO UNIFICADO (MNU) **1978-1988: 10 anos de luta contra o racismo**. São Paulo: Confraria do Livro, 1988.

MUNANGA, K. **Rediscutindo a Mestiçagem no Brasil: identidade nacional versus identidade negra**. Belo Horizonte: Autêntica, 2008.

MUNANGA, K. Algumas considerações sobre "raça", ação afirmativa e identidade negra no

Brasil: fundamentos antropológicos. **Revista USP**, São Paulo, n. 68, p. 46-57, dez.-fev. 2005-2006.

MUNANGA, K. Uma abordagem conceitual das noções de raça, racismo, identidade e etnia. In: A. A. P. Brandão (Org.), **Cadernos Penesb**, Niterói, RJ: EdUFF. n. 5, p. 15-34. 2004.

MUNIZ, J. O. Inconsistências e consequências da variável raça para a mensuração de desigualdades. **Civitas, Revista de Ciências Sociais**; v. 16. n. 2, p. e62, abr.-jun. 2016. <https://www.scielo.br/j/civitas/a/kGRBXrdmgNNTBGCBWb9sFFL/abstract/?lang=pt>. Disponível em: Acesso em: 6 out. 2021. DOI: 10.15448/1984-7289.2016.2.23097

NASCIMENTO, T. S.; MUSSI, F. C.; PALMEIRA, C. S.; SANTOS, C. A. T., *et al.* Fatores relacionados à inatividade física no lazer em mulheres obesas. **Acta Paulista de Enfermagem**, v. 30, n. 2, p. 308-315, maio-jun. 2017. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/ape/a/YtwxbpkGXbQwF83YmhQbggs/?lang=pt>. Acesso em: 6 out. 2021. DOI: 10.1590/1982-0194201700047

NASSER, R. L.; BRANCO, J. C.; LARA, D. R.; DEL VECCHIO, F. B., *et al.* Atividade física de lazer e uso de substâncias lícitas em uma amostra populacional de adultos jovens. **Ciência & Saúde Coletiva**, v. 21, n. 1. 2016. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/csc/a/RCzqLQx4Njzn55pW5mRhpBP/abstract/?lang=pt>. Acesso em: 6 out. 2021. DOI: 10.1590/1413-81232015211.18862014

OLIVEIRA, D. M.; TRELHA, C. S.; LIMA, L. L.; ANTUNES, M. D., *et al.* Physical activity level and associated factors: an epidemiological study with elderly. **Fisioterapia em Movimento**. v. 32, e003238. 2019. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/fm/a/3gTXLVFdtc-NnmLdqTxDn4VP/?format=pdf&lang=en>. Acesso em: 6 out. 2021.

OSÓRIO, R. G. Sistema classificatório de “cor ou raça” do IBGE. **IPEA**. Brasília. 2003.

PAIXÃO, M. *et al.* **Relatório anual das desigualdades raciais no Brasil**: 2009-2010. Rio de Janeiro: Garamond, 2010.

PEIXOTO, S. V.; MAMBRINI, J. V. M.; FIRMO, J. O. A.; FILHO, A. I. L., *et al.* Prática de atividade física entre adultos mais velhos: resultados do ELSI-Brasil. **Revista de Saúde Pública**, v. 52, n. 2, p. 5s. 2018. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/rsp/a/FLVNwjxcqfnN3XbzbSnLnRS/?lang=pt>. Acesso em: 6 out. 2021. DOI: 10.11606/S1518-8787.2018052000605

QUIJANO, A. Colonialidade do Poder, Eurocentrismo e América Latina. In: LANDER, E. (Org.). **A Colonialidade do Saber**: eurocentrismo e ciências sociais. Perspectivas latinoamericanas. Colección Sur Sur, CLACSO, Ciudad Autónoma de Buenos Aires, Argentina, p. 227- 278, set., 2005.

QUIJANO, A. O Que é Essa Tal de Raça? In: SANTOS, R. E. **Diversidade, Espaço e Relações Étnico-Raciais**: O negro na Geografia do Brasil. Belo Horizonte: Autêntica, 2007.

QUIJANO, A. Colonialidade do Poder e Classificação Social. In: SANTOS, B. S.; MENESES, M. P. (Orgs.). **Epistemologias do Sul**. São Paulo: Cortez, 2010.

SCHUCMAN, L. V. **Entre o “encardido”, o “branco” e o “branquíssimo”**: raça, hierarquia e poder na construção da branquitude paulistana. Tese de doutorado, Instituto de Psicologia, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2012.

SILVA, I. C. M.; MENDEZ, M. C. R.; COSTA, J. C.; EWERLING, F.; HELLWIG, F., *et al.* Mensuração de desigualdades sociais em saúde: conceitos e abordagens metodológicas no contexto

brasileiro. **Epidemiol. Serv. Saúde**, v. 27, n. 1, p. e000100017. 2018. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/ress/a/6PC8rqBS-F4mwB7dsKT35vfH/abstract/?lang=pt>. Acesso em: 1 jun. 2021. DOI: 10.5123/S1679-49742018000100017.

SILVA, A. M. R.; SANTOS, S. V. M.; LIMA, C. H. F.; LIMA, D. J. P.; ROBAZZI, M. L. C. C. Fatores associados à prática de atividade física entre trabalhadores brasileiros. **Saúde em Debate**, v. 42, n. 119, out.-dez. 2018. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/sdeb/a/Zv9FBhR6Yz4zGymKWHkPWgw/?lang=pt>. Acesso em: 6 out. 2021. DOI: 10.1590/0103-1104201811913 .

SILVA, I. C.; KNUTH, A. G.; MIELKE, G. I.; LOCH, M. R. Promoção de atividade física e as políticas públicas no combate às desigualdades: reflexões a partir da Lei dos Cuidados Inversos e Hipótese da Equidade Inversa. **Cadernos de Saúde Pública**, v. 36, n. 6, p. e00155119. 2020. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/cs-p/a/8wfS4JsfmXNfwpKQCSN3jxd/abstract/?lang=pt>. Acesso em: 6 out. 2021. DOI: 10.1590/0102-311X00155119.

SILVA, M. C.; LEPSSEN, A. M.; CAPUTO, E. L.; ENGERS, P. B., *et al.* Leisure-Time physical activity and associated factors in fitness zones. **Revista brasileira de cineantropometria e desempenho humano**, v. 19, n. 2, p. 185-195, mar.-abr. 2017. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/rbcdh/a/gRC447SJCdb-GpjjgXqF9Xbp/abstract/?lang=pt>. Acesso em: 6 out. 2021. DOI: 10.5007/1980-0037.2017v19n2p185

SOUSA, N. F. S.; MEDINA, L. P. B.; BASTOS, T. F.; MONTEIRO, C. N., *et al.* Desigualdades sociais na prevalência de indicadores de envelhecimento ativo na população brasileira: Pesquisa Nacional de Saúde, 2013. **Revista Brasileira de Epidemiologia**, v. 22, n. 2, e190013. 2019. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/rbepid/a/4jR84VRVDrwTrY58Px653Bc/?lang=pt>. Acesso em: 6 out. 2021. DOI: 10.1590/1980-549720190013.supl.2

TEMPORELLI, P.L. Is physical activity always good for you? The physical activity paradox. **European Heart Journal Supplements**, v. 23, Suppl.E, E168-E171. 2021. Disponível em: ht-

[tps://academic.oup.com/eurheartjsupp/article/23/Supplement\\_E/E168/6386352](https://academic.oup.com/eurheartjsupp/article/23/Supplement_E/E168/6386352). Acesso em: 15 out. 2021. DOI:10.1093/eurheartj/suab115

TRAVASSOS, C.; WILLIAMS, D. R. The concept and measurement of race and their relationship to public health: a review focused on Brazil and the United States. **Cadernos de Saúde Pública**, v. 20, n. 3, p. 660-678, jun. 2004. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/csp/a/zd6YRvbF56P9WgRJFwRq8hg/?lang=en>. Acesso em: 6 out. 2021. DOI: doi.org/10.1590/S0102-311X2004000300003

WERNECK, J. Racismo institucional e saúde da população negra. **Saúde e Sociedade**, v. 25, n. 3, p. 535-549, jul.-set. 2016. Disponível em: <https://www.scielosp.org/article/sausoc/2016.v25n3/535-549/>. Acesso em: 6 out. 2021. DOI: 10.1590/S0104-129020162610

## Publisher

Universidade Federal de Goiás. Faculdade de Educação Física e Dança. Publicação no Portal de Periódicos UFG. As ideias expressadas neste artigo são de responsabilidade de seus autores, não representando, necessariamente, a opinião dos editores ou da universidade.